

IA VEIO PARA FICAR



Advogados debatem uso consciente da Inteligência Artificial no Direito, sua regulamentação e consequência no mercado de trabalho

✶ ISABELLA FIGUEIREDO

Inteligência Artificial. Nem todo mundo sabe explicar o que é, mas com certeza já ouviu falar e até fez uso dela. A tecnologia está ganhando cada vez mais adeptos em todo o mundo – e no Brasil, não é diferente. No meio jurídico, a chamada IA vem conquistando seu espaço, especialmente nos escritórios de advocacia. Quem já utiliza a ferramenta tecnológica garante: a inteligência artificial traz mais agilidade e eficiência na triagem de grandes volumes de documentos, revisão de contratos, na busca de jurisprudências e precedentes legais e na automatização de tarefas repetitivas.

A grande vantagem é que, com a ajuda da IA, o advogado pode focar em aspectos mais estratégicos e criativos do direito. “Isso libera tempo para que os operadores do direito possam se concentrar em atividades mais complexas e estratégicas. A IA é determinante no quesito eficiência e nos permite concentrarmos energia e criatividade no que gerará, de fato, resultados positivos para o nosso cliente”, diz a advogada Chayana Rezende, presidente da Comissão de Direito Digital da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG). No escritório de Chayana Rezende, a IA está sendo usada para a previsão de resultados em litígios. “A partir de bases de dados e algoritmos avançados, essas ferramentas podem fornecer insights sobre a probabilidade de sucesso de determinadas estratégias, o que permite ao advogado aconselhar seus clientes de maneira mais informada e precisa”, garante.

O advogado e conselheiro federal



Marcelo Tostes, advogado e conselheiro federal da OAB, cujo escritório está desenvolvendo um sistema para a análise de peças: "IA não vem para roubar o lugar do advogado, mas para trabalhar junto"

REGULAMENTAÇÃO EM CURSO

O debate sobre a Inteligência Artificial envolve questões como ética, privacidade e segurança. E faz parte dessa discussão a regulamentação do uso da IA no Brasil. O país deu um primeiro passo em 2021, quando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação criou a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (Ebia), onde são elencados princípios e diretrizes para o setor.

O assunto já chegou ao Congresso Nacional, onde tramita o PL 21/20 (que trata de princípios, direitos, deveres e governança da IA – o que inclui pesquisa, inovação e comercialização da tecnologia, além da criação de um Conselho Nacional de Inteligência Artificial para fiscalizar o setor) e o PL 2.338/23, texto que busca garantir que a tecnologia seja utilizada pautada pela ética e bem-estar social. "Trata-se realmente de um projeto essencial, que ainda merece um pouco mais de debate no Congresso Nacional, para adequação, até para que se promova uma abordagem setorial em consonância com qual órgão, de qual área, vai regular a matéria. IA é um mundo, então para cada segmento, tem que ter uma análise", diz Dierle Nunes.

Na opinião de Rony Vainzof, professor especializado em Direito Digital, Proteção de Dados e Segurança Cibernética, é preciso cuidado para que a discussão normativa não acabe impactando negativamente no desenvolvimento da inovação. O advogado lembra que já há legislação que pode ser utilizada para fazer frente aos desafios mais críticos, como o Código Civil e de Defesa do Consumidor, a Lei Geral de Proteção de Dados e o Marco Civil da Internet, além da própria Constituição Federal. "A questão da regulamentação permanece um dilema global. O Brasil, ciente da importância da IA para sua competitividade, deve trilhar caminho cuidadoso, avaliando as leis em vigor, órgãos fiscalizadores já existentes e propondo regulamentação permissiva focada nessas eventuais lacunas. A busca pelo equilíbrio entre inovação e proteção de direitos é fundamental para o desenvolvimento sustentável nesse novo paradigma tecnológico", avalia o advogado.

da OAB, Marcelo Tostes, combate o discurso de que a IA veio para substituir o humano: "A IA não vem para roubar o lugar do advogado, mas para trabalhar junto. Teremos advogados mais bem preparados ao lado de uma tecnologia muito avançada", enfatiza. O escritório de Tostes, por exemplo, está desenvolvendo um sistema para a análise de peças, de forma a construir soluções para determinados casos. Seria a Inteligência Artificial capaz de ajudar em um dos maiores gargalos do Judiciário brasileiro: a

morosidade causada pelo elevado número de processos diante de um número insuficiente de magistrados e servidores? A julgar pelo que promete a tecnologia, não há dúvida que a Justiça tem muito a ganhar com a ferramenta.

Em um universo de milhares de processos – muitos deles com temas repetitivos –, a IA pode "julgar" esses casos mais simples e deixar para os juízes e desembargadores as ações mais complexas. "A área jurídica é mais conservadora e a discussão ainda ▶



Chayana Rezende, presidente da Comissão de Direito Digital da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); a IA está sendo usada para a previsão de resultados em litígios em seu escritório



Dierle Nunes, advogado e professor na PUC e UFMG: “A utilização da IA é um caminho irrefreável, mas a supervisão humana segue fundamental”

está engatinhando no Judiciário, mas acredito que em breve a Inteligência Artificial vai alterar a forma de trabalho nos tribunais”, avalia Marcelo Tostes.

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), o advogado Dierle Nunes ressalta que é fundamental que advogados, magistrados e promotores façam um governança dos riscos porque a IA não necessariamente entregará respostas sempre adequadas. “Parece-me um caminho irrefreável de se utilizar a IA para somar. Mas é da essência da IA trabalhar com modelos probabilísticos, então as respostas, os resultados são sempre com



Rony Vainzof é professor especializado em Direito Digital Proteção de Dados e Segurança Cibernética: a regulamentação é um dilema global

graus às vezes altos de probabilidade, mas nunca de certeza. É preciso uma supervisão humana adequada para trabalhar com o IA”, diz Dierle Nunes.

Em meio a essa discussão, um ponto merece atenção especial: os chamados vies de aprendizado de máquina ou de algoritmo. Os vies de IA representam resultados tendenciosos que distorcem os dados do algoritmo, levando a um desvio sistemático na análise dos dados – causados por uma falha na coleta ou interpretação dessas informações. Na

prática, o vies reduz a precisão da IA e prejudica a sua imparcialidade. Logo, a minimização do vies deve ser prioritária na construção e implantação de sistemas baseados em IA – especialmente setores como saúde, direito e processos seletivos. A busca de modelos imparciais deve partir da inclusão de dados até a montagem e treino do modelo, evitando resultados parciais e prejuízo ao bem-estar humano. “A grande questão é não ter um vies que possa prejudicar a vida de uma pessoa”, afirma Marcelo Tostes. ■